

Juizado da Infância exige aulas

JORNAL DE BRASÍLIA

22 MAR 1997

Fundação Educacional é notificada pelo atraso de 3 semanas no início do semestre por falta de professor

LAYRCE DE LIMA

O diretor-executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), Jacy Braga, terá de explicar ao Juizado da Infância e Juventude o atraso de três semanas no início das aulas nas escolas da rede pública. O juiz substituto Evandro Neiva de Amorim despachou favoravelmente à notificação judicial pedida pelos promotores da Infância e Juventude, José Waldenor Queiroz e Selma Sauerbronn. Assim que for notificado Jacy Braga terá cinco dias para providenciar o início normal das aulas em todo o DF. Até o início da noite, Jacy ainda não tinha recebido a notificação pelo oficial de justiça.

Caso a FEDF não providencie o início das aulas, "estará caracterizado o atraso do diretor com o cumprimento de seu dever, e abre-se a oportunidade para que o Estado mova uma ação por crime de responsabilidade", explica José Waldenor.

Direito - Os promotores também pretendem acompanhar de perto a reposição das aulas. A Constituição, em seu artigo 205, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90, artigo 53), estabelecem que a educação é um direito fundamental, determinando que cabe ao Estado a responsabilidade de assegurar o cumprimento da legislação.

Para o promotor, este direito fundamental está sendo violado por "desorganização" da própria Fundação Educacional. "Em todos os anos, somente após o início do ano letivo começa a se

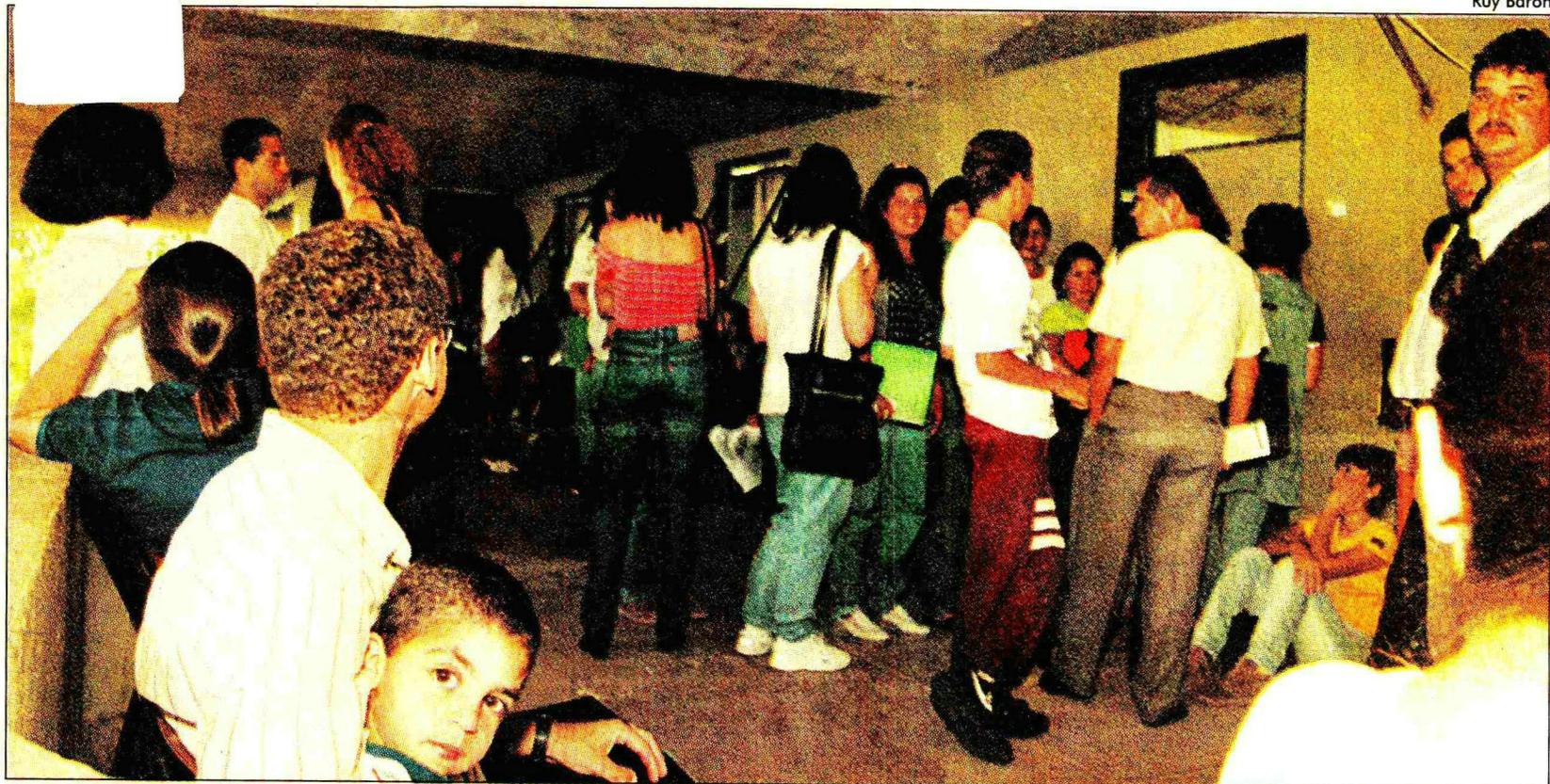
mover para preencher o quadro de professores, fato este inconcebível, tratando-se da Capital da República". José Waldenor e Selma Sauerbronn temem que o prejuízo seja irreparável caso as aulas não tenham início imediato.

Herança - O diretor da Fundação se defende alegando que "herdou" o problema da administração anterior. "Passamos os dois primeiros anos de governo com uma falta estrutural de professores porque a Fundação fechou o ano de 94 com cinco mil contratos temporários". De acordo com Jacy Braga, somente com a criação de novos cargos, pelo projeto aprovado pela Câmara Legislativa no final de dezembro do ano passado, é que foi possível realizar concurso para tentar preencher as vagas. Os concursados começaram a ser chamados no dia 8 de fevereiro. "Esses professores serão

pagos com recursos do Tesouro do DF", explica.

Ainda assim, a Fundação continuará dependendo de professores contratados para garantir as aulas. Até ontem, haviam sido assinados 4.500 contratos com professores concursados e 1.500 contratos temporários. O diretor da Fundação considera que sua parte está sendo feita de acordo com os recursos disponíveis. "Antes disso, as crianças do DF passaram sete anos seguidos recebendo uma hora e vinte minutos de aula e a professora Eurides Britto (ex-secretaria de Educação, durante o governo Joaquim Roriz) nunca foi notificada", desabafa.

Jacy Braga, da FEDF, tem prazo de cinco dias para justificar a falta de aulas. Ele alega que o problema é uma herança do governo anterior



Convocados para assumir cargo de professor fazem fila para contratação na FEDF, que ainda precisa preencher mais de mil vagas em várias escolas

Vagas em escolas distantes não atraem aprovados

A maratona de contratações de professores para regularizar as aulas do ensino público continua hoje, na sede da Fundação Educacional. "Os professores foram convocados desde domingo, mas deixam para aparecer no último dia", justifica Jacy Afonso, diretor-executivo da FEDF. Segundo Jacy, a Fundação ainda precisa contratar mais mil professores com carga horária de 20 horas ou 500 com carga horária de 40 horas. "A fase final é mais difícil porque as vagas que

sobram são as para locais mais distantes e no período noturno", diz.

Jacy garante que já completou 95% das vagas em que faltavam professores no Guará e Paranoá, 90% em Sobradinho e Planaltina e 80% em Santa Maria, Brazlândia e Ceilândia. "No Plano Piloto, preenchemos as 64 carências restantes hoje", informa. Na Agrovila São Sebastião, 14 professores foram contratados nas 46 vagas existentes. Ainda são necessários 32 professores.

"Estamos tendo problemas também para contratar para a área rural, para onde não há interesse dos professores". A Expansão do Setor "O" e a QNQ da Celiândia também são áreas de grande dificuldade na hora da contratação. Por lei, os professores contratados têm 30 dias para assumir a vaga mas estão sendo estimulados a assumir suas turmas o quanto antes. "Na verdade, estamos pedindo pelo amor de Deus", acrescenta o diretor.

De acordo com Jacy, as contratações serão a única resposta possível à notificação judicial da Vara da Infância e Juventude. "As aulas retornarão seu curso normal assim que os contratados se apresentarem", reafirma. A reposição das aulas também já está sendo providenciada. Nos colégios onde não houve atividade pedagógica em substituição às aulas, o calendário será decidido pelo Conselho Diretor, formado por professores e pais de alunos. (LL)

Ruy Baron